

A religião no poder executivo: controvérsias sobre “cultura” no mandato de Crivella no Rio de Janeiro

Religion in the executive power: controversies on “culture” in
mayor Crivella's Administration in Rio de Janeiro

Edlaine de Campos Gomes¹
Monique Sá Teixeira Leite²

Resumo

Este artigo discute controvérsias do primeiro ano do mandato do prefeito Marcelo Crivella, na cidade do Rio de Janeiro, iniciado em janeiro de 2017. O estudo atenta, em especial, àquelas que acionaram sua identidade religiosa e seus posicionamentos diante da cultura popular, marcadamente representada pelo carnaval, em um processo que evidencia a indissociabilidade entre sua identidade política e religiosa, de senador ou prefeito, e bispo da Igreja Universal. São analisados documentos oficiais e publicações em jornais, nas redes sociais, em seu perfil no Facebook, utilizado para divulgar suas ações como prefeito, e no blog da Igreja Universal do Reino de Deus. O artigo problematiza tais posicionamentos com o intuito de discutir a inserção na política, em particular no Poder Executivo, de uma liderança religiosa do campo evangélico neopentecostal, relação lida externamente como ameaça ao Estado Laico. Verifica-se que o mandato de Crivella tem sido marcado por fortes reações de agentes sociais contrários à sua gestão, por esta acionar diretamente sua trajetória religiosa, ligada à uma instituição acusada de não produzir cultura, o que imprime uma dinâmica de negociações constantes, muitas vezes, promovendo recuos às propostas do Executivo municipal.

Palavras-chave: Controvérsias; Religião; Política; Crivella.

Abstract

This article discusses controversies of the first year of mayor Marcelo Crivella's term in the city of Rio de Janeiro, from January 2017. Special attention is given to those concerning his religious identity and his stance with respect to popular culture, particularly represented by the carnival, in a process that evinces an

¹ Professora Associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordenadora do Observatório do Patrimônio Religioso. Email: edlaine Campos gomes@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/681872722836757>.

² Doutoranda vinculada ao PPGMS-UNIRIO (Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), integrante do Grupo de Pesquisa Observatório do Patrimônio Religioso. Email: msatleite@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6538974286447890>.

inextricable relation between the mayor's political and religious identities, as senator or mayor, and as a bishop of the Universal Church of the Kingdom of God. The analysis considers official documents and publications in the press, in social media, in the mayor's Facebook page, which is used to communicate initiatives of his office, and in the blog of the Universal Church of the Kingdom of God. This paper problematizes such positions to discuss the political insertion, particularly in the executive branch, of a leading member of the neopentecostal field, a relationship that is often perceived as a threat to the secular state. The authors concluded that Crivella's term has been marked by fierce reactions from social actors who antagonise his administration, as it often activates its religious trajectory, linked to a church that has been accused of not producing culture, leading to a dynamic of constant negotiation and often forcing the municipality to step back on its own initiatives.

Keywords: Controversies; Religion; Politics; Crivella.

Introdução

Este artigo é parte da pesquisa sobre as controvérsias político-religiosas que emergem com o mandato do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB). O eixo central dos argumentos em oposição está fundado em distintas noções de cultura³ e identidade. Neste sentido, as políticas patrimoniais atinentes ao campo religioso se conectam a questões amplas relacionadas à chamada "cultura brasileira" (OLIVEN, 2002; ORTIZ, 2013, 2006). Temas como legitimidade, transmissão de cultura e memória (entendida como patrimônio) estão presentes nos discursos dos diversos atores sociais atuantes nesse processo. São abordadas aqui as controvérsias iniciais de seu mandato, em particular, aquelas concernentes à cultura afro-brasileira e popular, como o carnaval e as rodas de samba. Serão explorados e analisados dois casos: o Decreto 43.219/2017 e o corte de verba do carnaval. O primeiro atinge as rodas de samba e atividades religiosas, dispondo sobre a obrigatoriedade de alvará transitório para a

³ Adota-se aqui a compreensão de que a noção de cultura é uma construção, que integra a atuação de linhas de força sócio-políticas que disputam seu significado, como se fosse uma entidade autônoma e cristalizada. Como a cultura é dinâmica, não inferimos aqui que os protestantes não construíram cultura no Brasil, ou não fazem parte dela. Ao contrário, o argumento é que termos como "cultura" (no singular ou no plural, com ou sem aspas) e "religião" estão em permanente disputa e instabilidade.

realização desses eventos em locais públicos e privados. O segundo ato foi o corte de 50% na verba pública destinada à realização do desfile das escolas de samba e as mudanças propostas em relação aos blocos de carnaval, com justificativa que seria investida em creches municipais. Tais ações geraram acusações de intolerância religiosa e de demonização da cultura popular⁴ principalmente, pelo vínculo do prefeito com a Igreja Universal do Reino de Deus. As controvérsias ligadas à IURD são aqui atualizadas, dando continuidade às tensões que marcam sua trajetória.

Notam-se nas narrativas sobre o vínculo de Crivella com sua igreja e os objetivos de ambos, em relação ao governo da cidade, dois argumentos complementares e recorrentes: existência de um avanço conservador na sociedade, que não se limitaria ao campo evangélico; e as suposições de que, necessariamente, o fato do prefeito ser evangélico constitui motivo primordial para gerir e transformar a cidade de acordo com os parâmetros da Igreja Universal, seguindo o que seria seu projeto de poder. Assim, a trajetória político-religiosa de Crivella, na perspectiva de seus opositores, indica que a formulação e a implementação de políticas culturais são comprometidas e limitadas pelo perfil religioso do “prefeito evangélico”. Vale referir que o termo evangélico é usado genericamente nesses discursos. Embora os principais atores referidos sejam de igrejas específicas, os argumentos dos discursos públicos que acionam a origem religiosa do prefeito, por exemplo, tendem a homogeneizar o campo, que tem como marca a heterogeneidade (GIUMBELLI, 2001).

⁴ A expressão “cultura popular” aparece em entrevistas, reportagens e narrativas dos diferentes atores sociais implicados nas controvérsias aqui expostas. Há uma extensa bibliografia dedicada ao debate sobre “cultura popular”, autores como Câmara Cascudo (1975), Bakhtin (1987), Burke (1989), Ortiz (1985), Cavalcanti (2010), entre outros, são essenciais para sua conceituação. No momento, vale considerar as contraposições inerentes ao conceito, presentes em diferentes análises, tais como erudito x popular, moderno x tradicional, hegemônico x subalterno, oralidade x escrita, que podem contribuir com a problematização do que seria um processo de “demonização” da cultura popular (carnaval e samba de roda) pelo segmento religioso cristão evangélico, aqui representado pelo mandato de Marcelo Crivella..

O aprofundamento da segmentação da cidade, o afastamento da população mais pobre das regiões centrais, o esvaziamento das culturas populares, a redução na influência do Estado nas questões sociais, colocando as parcerias público-privadas para “cuidar das pessoas”, são características do modelo político adotado por Crivella, que também foi adotado pelo seu antecessor Eduardo Paes (PMDB).

As ações e reações dos grupos considerados subalternos, minorias, marginalizados, representados por aqueles ligados à cultura popular, em constante tensão com o governo Crivella, constroem, modificam e acomodam a disputa pela representação de Estado. As rodas de samba e o carnaval são exemplos singulares da disputa de sentidos que caracteriza as controvérsias envolvendo Marcelo Crivella, por serem identificados como manifestações populares tradicionais da cidade. Pretende-se, assim, problematizar as controvérsias ocorridas no primeiro ano do mandato do prefeito. Em especial, aquelas que acionaram sua identidade religiosa e seus posicionamentos diante da cultura popular e das manifestações afro-brasileiras. Para tanto, serão consideradas publicações em jornais, nas redes sociais, no perfil oficial do Facebook, utilizado por Marcelo Crivella para divulgar suas ações como prefeito, e no *site* da Igreja Universal.

O Bispo na política: a conquista do Executivo

Na biografia de Marcelo Crivella veiculada em sua página oficial na internet não há menção à sua atuação como bispo da Igreja Universal. Esse vínculo institucional surge em dois momentos: em seu perfil profissional, como pastor evangélico, compositor, cantor e escritor; e no título que indica suas “missões no exterior”, quando é apresentado como “precursor do trabalho evangelístico da Igreja Universal” na África. Vale referir que não estão qualificadas no rol dessas “missões” as que ele integrara como membro da hierarquia da igreja e aquelas requeridas por suas funções como senador ou

ministro de Estado. Crivella foi eleito senador, em 2002, pelo Partido Liberal (PL), em seu primeiro pleito eleitoral. Vale lembrar que à época, o Poder Executivo estadual era ocupado por Antony Garotinho, desde 1998, passando para sua esposa, Rosinha Garotinho, na eleição seguinte.

Foram dois mandatos seguidos no Senado, intercalando tentativas de ocupar cargos nos Executivos estadual e municipal, migrando do Legislativo para o Executivo. De acordo com Mariano e Oliveira (2008), as resistências às candidaturas de Crivella ao Executivo permaneceram como na eleição para o Senado, que foi marcada pela polêmica em torno de seus suplentes, também integrantes da Igreja Universal. Concorreu a prefeito em 2004 (PL); em 2006 (PRB), para governador; e em 2008 (PRB), para prefeito. Em 2010, venceu novamente a eleição para o Senado, agora pelo PRB. Em 2012, assumiu o Ministério da Pesca, no governo de Dilma Rousseff e não participou das eleições daquele ano. Voltou a concorrer ao cargo de governador, em 2014, obtendo 44,22% dos votos válidos, embora perdendo para Luiz Fernando Pezão, que venceu com 55,78%. Dois anos depois, concorreu e venceu a eleição para prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de um longo percurso de disputas para, enfim, chegar à prefeitura do Rio de Janeiro, mesmo não conseguindo dissociar o perfil político do religioso, por meio de discursos e ausência de menção à sua função como bispo da igreja em sua biografia.

As controvérsias estão sempre sendo atualizadas em seu mandato, que, não por acaso, mantém no *site* dedicado à sua biografia, uma página com o título “Espalhe a Verdade”. O foco é responder a “indivíduos inescrupulosos, de forma frequente e ostensiva, vêm divulgando boatos sobre sua gestão, na mídia e na internet. O objetivo desta página é esclarecer os fatos e espalhar a verdade”. Para a presente discussão, destaca-se a resposta formulada sobre o carnaval, sob o título “A verdadeira fala do prefeito Crivella sobre bebida e carnaval”. A resposta está dividida em quatro partes: notícia do jornal; o boato; a verdade; e o vídeo com a fala de Crivella. O jornal O Estado de São Paulo veicula a matéria “Crivella

pede a foliões que não bebam muito no carnaval”. A notícia contextualiza a fala do prefeito em seu pronunciamento sobre a infraestrutura preparada para o período da festa, que mobiliza a cidade. O título escolhido pelo jornal, segundo interpretação da página, estimularia o boato sobre a relação do prefeito com o carnaval, pois levaria o leitor a acionar sua pertença religiosa. A verdade sobre o que foi dito enfatiza que a intenção era fazer um apelo à população, no sentido de respeitar a lei e preservar a segurança. Na mesma medida, destaca-se a responsabilidade da imprensa em manipular o que é dito. O vídeo disponibilizado corrobora a interpretação sobre a distorção do que é dito por Crivella:

É inequívoco que nós queremos um carnaval bonito, alegre e esplendoroso. Todos nós aqui manifestamos a preocupação com o excesso de bebida, mas se o prefeito diz: “olha, não beba e dirija”, sai estampado no jornal: “prefeito diz para não beber”. Aí o outro diz: “prefeito vai proibir carnaval, biquíni, vai proibir de rebolar, salto alto.” Mais que coisa boba! O prefeito está cumprindo seu papel de cuidar da saúde, da limpeza, da iluminação. Qual o papel que o prefeito, com 60 anos de idade, pode fazer para abrilhantar a festa? Eu não sou sambista, não sou passista. O que não pode é beber e dirigir o carro em alta velocidade. Não pode é partir para briga. Isso estraga o carnaval de todo mundo.

Veremos mais adiante controvérsias que envolvem os posicionamentos de Crivella em relação a temas vinculados à chamada cultura popular. O trecho destacado acima aciona o tenso diálogo do prefeito com os meios de comunicação, marcado por disputas de sentido e estratégias discursivas de legitimação e deslegitimação, lembrando que é identificado como parte integrante do grupo de “políticos evangélicos”, em detrimento de particularidades existentes nesse campo.

No caldo das antipatias, atordoamentos e ódios que explodiram em 2013 e foram amplificados pós-eleições presidenciais de 2014, a rejeição à religião cresceu no espaço público (em contexto nacional e internacional, vale dizer). Muitos a apontam como o mal do Brasil atual, causador da discórdia, do “obscurantismo”,

da intolerância. Será? (VITAL DA CUNHA, LOPES, LUI, 2017, p. 10).⁵

Crivella traz a indissociabilidade entre identidade política e religiosa, de senador ou prefeito e bispo da Igreja Universal. Em relação direta à política eleitoral, conforme Mariano e Oliveira observam (2008, p. 104), “o problema principal dessa identificação parece ser a robusta oposição social e política existente contra a Igreja Universal e suas elevadas pretensões políticas”. Tal oposição é identificada desde a emergência da igreja como elemento central no campo religioso, com sua conformação identitária pautada pela ocupação do espaço público, em suas diversas esferas. Vale lembrar que a “defesa dos direitos” da igreja baseava os argumentos utilizados por lideranças e integrantes da instituição para o investimento na atuação na política partidária, e, assim, disputar eleições nos âmbitos do Legislativo e do Executivo (GOMES, 2011).

Por outro lado, já na primeira eleição de Crivella para o Senado, notou-se que, em termos numéricos, o número de votos obtidos extrapolava os limites institucionais iurdianos. À época, o Censo 2000 (IBGE), indicava que a IURD possuía 2.101.887 membros, no Brasil. A votação alcançada por Crivella foi de 3.243.289, o que significou 21,55% dos votos válidos. Considerando que tais votos são apenas de eleitores do Estado do Rio de Janeiro, pode-se inferir que alcançou não somente evangélicos em geral, mas também outros eleitores (GOMES, 2011, p. 70). A amplitude de sua candidatura e posterior conquista da prefeitura reflete o que Machado (2006. p. 81) assinalava ao analisar as estratégias políticas implementadas pela IURD, além de indicar que a postura diferenciada de Crivella dos demais “políticos evangélicos” tradicionais possibilita “ampliar o leque de seus eleitores para além dos fiéis de sua tradição religiosa”. Essa característica ganha espaço nas eleições posteriores, ecoando significativamente

⁵ Vital da Cunha, Lopes, Lui (2017) se detêm na análise da participação de candidatos evangélicos nas eleições de 2014, em particular, as candidaturas do Pastor Everaldo (PSC), de Marcelo Crivella (PRB) e de Anthony Garotinho (PR). Considera-se o conturbado contexto político brasileiro como fator ativo para o entendimento das características, tensões e negociações constantes nessa conjuntura.

no resultado da eleição de 2016, quando pela primeira vez vence e assume um cargo no Executivo, do município do Rio de Janeiro.

Em 2016, não foram apenas os votos de atores sociais vinculados à IURD e ao campo evangélico propriamente dito que definiram a eleição de Crivella. A forte rejeição social ao candidato opositor nesse pleito, Marcelo Freixo⁶, do partido de esquerda PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), pôs em xeque afetações em relação ao “bispo”. Devido ao apoio do PSOL a Dilma Rousseff (PT), no segundo turno das eleições de 2014 e o apoio contra o golpe sofrido por ela, em 2016, a imagem de Freixo ficou atrelada a do Partido dos Trabalhadores. Antes disso, o partido de Freixo é identificado como sendo de esquerda radical. Na hierarquia dos ódios e antipatias, a identidade religiosa, vista como controversa, foi relevada por boa parte dos eleitores, inclusive, por parte dos principais antagonistas de Crivella, como no caso de umbandistas, que segundo pesquisas divulgadas pelo Datafolha⁷, tinha em Marcelo Crivella a preferência eleitoral, declarando em torno de 15% a 19% das intenções de voto no candidato. Na mesma medida, a aversão às próprias eleições e ao campo político em geral geraram um movimento de esvaziamento do pleito, marcado pelo elevado número de abstenções e de votos nulos e brancos, de acordo aos dados do TSE. No entanto, como veremos, as controvérsias seguem em seu mandato.

Crivella e o Decreto “contra a cultura popular”

O Decreto 43219 do Prefeito Marcelo Crivella institui o sistema "Rio Ainda Mais Fácil Eventos - RIAMFE", que visa “simplifica[r] os procedimentos relativos à autorização e à realização de eventos e produções de conteúdo audiovisual em áreas públicas e particulares no Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências” (LEGISWEB, 2017). Sua edição gerou controvérsia em meio aos

⁶ O processo eleitoral que marcou a eleição de Crivella é analisado por Rafaela Lima Marques (2018).

⁷ Os católicos constituíram outro grupo que declarou voto majoritário em Crivella, declarando em torno de 24% a 26% das intenções de voto no candidato.

sambistas, que se mobilizaram por considerarem arbitrário o decreto dar poder ao gabinete do prefeito para autorizar ou não as rodas de samba em espaços públicos. Em decorrência dessas reações, Marcelo Crivella publicou o decreto de 43.423, que, dentre outras coisas, dispensa da obtenção de alvará as rodas de samba inseridas no Programa de Desenvolvimento Cultural Rede Carioca de Rodas de Samba (LEIS MUNICIPAIS, 2017), além de deslocar para a Secretaria Municipal de Fazenda e Secretaria Municipal de Cultura as resoluções de questões relativas às rodas. Verifica-se que Crivella recua e cria um decreto específico para a regulamentação das rodas de samba, dando como uma das justificativas a necessidade de estímulos para a cultura popular.

O novo decreto gerou questionamento em meio aos sambistas e organizadores que não participam do Programa Rede Carioca de Rodas de Samba, pois sua redação não deixava claro se a isenção de alvará também era extensiva as rodas não ligadas à Rede. As respostas de pessoas ligadas à Rede Carioca no Facebook indicavam que seria feito um mapeamento com data, hora e local das rodas e dos produtores. Essa nova polêmica será acompanhada no decorrer da pesquisa.

Como desdobramento, a “questão social” foi a principal pauta eleitoral de Crivella. Desde sua primeira candidatura, em 2002, apresentava-se com perfil de político mediador. A implementação de projetos de assistência social é uma das principais estratégias utilizadas pela igreja para mostrar uma imagem desvinculada de controvérsias e sua propensão ao diálogo. Vale ressaltar que a instituição construiu uma retórica baseada na perseguição e no embate com os seus “outros”, e utilizou este argumento para legitimar as candidaturas de seus integrantes, apostando em uma postura combativa, pautada no estímulo à superação e conquista de espaço, para além da esfera religiosa propriamente dita.

Quando figuras do chamado campo evangélico suscitam acirrados debates sobre sua pertinência dentro do modelo de Estado Laico, a pertença religiosa é acionada de forma deslegitimadora por seus opositores. Novamente,

a categoria “evangélico” entra como marcador homogeneizante e definido como “conservador”. As noções de intolerância e perseguição são acionadas pelos campos em disputa. Em particular, observa-se que a Igreja Universal também as incorpora, em resposta às acusações dos seus opositores (GOMES, 2011).

Ressalta-se que mesmo com o decreto isentando as rodas de samba inseridas no Programa Rede Carioca da obtenção de alvará, ocorreram episódios nos quais rodas de samba não conseguiram a autorização do Batalhão da Polícia Militar para realizarem seus eventos na Praça Tiradentes. Segundo os músicos organizadores das rodas, não eram apresentados motivos consistentes, levantando a hipótese de que a polícia e o poder público estariam criando dificuldades a mando de donos de casas noturnas da Lapa, que estariam vendo nas rodas de samba, realizadas nas ruas gratuitamente, uma grande concorrência (REDE CARIOCA DE RODAS DE SAMBA, 2017). Sob a alegação da necessidade de alvará, o bloco Tambores de Olokun enfrentou problemas para ensaiar no Aterro do Flamengo, local que usam há seis anos. A sugestão da prefeitura era transferir o bloco para outros dois lugares no Aterro, sob a justificativa do barulho e da sujeira decorrentes de sua atividade.

No Rio de Janeiro, o Decreto 43.219 gerou outra controvérsia além da questão da obrigatoriedade de alvará para as rodas de samba em locais públicos. Ele incluiu todos os matizes de práticas religiosas públicas ou privadas como eventos a serem regulamentados. A ideia de que Marcelo Crivella, no cargo de prefeito, representa ameaça à cultura e à diversidade é recorrentemente utilizada, atualizando constantemente as controvérsias e embates discursivos, principalmente, no que se refere às religiões e manifestações de matriz africana (O GLOBO, 2017).

É na esfera pública que ocorrem disputas em torno de visibilidade e legitimidade. Conforme indica Montero (2015, p. 22), o discurso público engajado produz uma “pedagogia de empreendimentos de militância e para a mobilização das opiniões em torno de algumas pautas específicas que vão sendo produzidas

no (e pelo) confronto”. Acionar o passado de liderança religiosa de Crivella, mesmo que transversalmente, é o ponto-chave quando o tema se refere a aspectos da cultura. Em relação à acusação de usar o decreto para fechar as casas de umbanda e candomblé que não estivessem legalizadas, o prefeito Crivella respondeu que era boato. Foi disponibilizado em seu site, um link de acesso ao Diário Oficial do dia 31 de maio, junto com um vídeo, com a resolução do decreto 43.219 (SITE MARCELO CRIVELLA, 2017):

Art. 1º Observado o disposto no art. 2º deste Regulamento, não estão sujeitos aos procedimentos de Consulta Prévia e de emissão de Alvará de Autorização Transitória neste previsto: I - manifestações decorrentes da liberdade de reunião; II - procissões e celebrações religiosas em geral; III - eventos realizados no interior de edificação ou estabelecimento particular, cujo uso previsto ou licenciamento permanente já incluía as atividades a serem neles exercidas, desde que respeitadas as limitações relativas a impacto, densidade, intensidade e risco, notadamente as referentes a quantitativo de público e outras ligadas à segurança; IV - eventos de iniciativa de órgãos do Município.. VIII - festas juninas, quermesses e congêneres realizados no interior de escolas, clubes, igrejas, condomínios e em áreas particulares...

A Congregação Espírita Umbandista do Brasil (CEUB) entrou com um mandado de segurança coletivo preventivo contra o Decreto 43.219 (MAMATERRA, 2017), alegando contrariar a Lei Municipal 2.580/1997, sancionada pelo prefeito Luiz Paulo Conde, que dispensa a obrigatoriedade de alvará para a instalação e o funcionamento de templos religiosos. No dia 24 de agosto de 2017 (CARTA CAPITAL, 2017), representantes das religiões de matriz africana fizeram ato na porta da Câmara de Vereadores e participaram de audiência pública com o intuito de protestar contra a obrigatoriedade de autorização para eventos religiosos. Lideranças do candomblé e da umbanda, produtores culturais, bem como a OAB-RJ — que entrou com uma representação de inconstitucionalidade na Justiça para suspender os efeitos da medida, alegando que o decreto viola as liberdades fundamentais e as constituições do Estado e da Federação — queriam a revogação do Decreto 43.219. Por maioria de votos, em 23 de janeiro de 2018, a concessão de autorização para eventos públicos

pelo Gabinete do prefeito foi suspensa pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça (EXTRA RIO, 2018).

Em 21 de junho de 2018, aconteceu na Câmara de Vereadores uma audiência pública como desdobramento do decreto 43.219/2017. Mesmo suspenso pela OAB, o decreto continua vigente na prática. Houve outro decreto, de número 41.827/2016, na gestão do prefeito Eduardo Paes, que já trazia dificuldades em relação à questão da regularização dos terreiros. Porém, o decreto do atual prefeito impõe maiores dificuldades, principalmente, para terreiros localizados nos fundos de residências, por “vício sistêmico”. Cabe destacar que o decreto lançado pelo prefeito Paes se refere ao licenciamento apenas de estabelecimentos comerciais (eventos não estão incluídos neste decreto), constando no parágrafo 3º, do artigo 5º, a exclusão de tal obrigação imposta aos templos religiosos. Além disso, a atribuição em liberar o alvará estaria a cargo da Secretaria Municipal de Fazenda. Apesar das diferenças de abrangência do licenciamento, é importante destacar que em ambos os decretos dificultariam o licenciamento para o funcionamento dos terreiros.

Em 27 de junho de 2018, o projeto de lei 346 de autoria do vereador Fernando William (PDT), que torna o Quilombo da Pedra do Sal Patrimônio Imaterial do Município do Rio de Janeiro (O GLOBO RIO, 2018), foi vetado por Crivella. Essa controvérsia é mais uma para a lista envolvendo o prefeito e sua relação com os bens imateriais da cultura negra no município. Em 2017, a prefeitura e a Secretaria Municipal de Cultura suspenderam o patrocínio do Jongo da Serrinha, tombado desde 2005 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A Casa do Jongo ficou fechada de janeiro a março de 2018. Além disso, houve o episódio da demora na renovação do contrato da prefeitura com a Feira das Yabás.

O artigo 141 da Lei Complementar foi utilizado para embasar o veto de Crivella ao Projeto de Lei que torna o Quilombo da Pedra do Sal Patrimônio Imaterial do Município. O artigo citado coloca a proteção de bens imateriais como

competência apenas do Poder Executivo, o que tornaria o Projeto de Lei inconstitucional. O vereador Fernando William (PDT) levanta duas afirmações em relação ao veto por parte do prefeito: a primeira é que estaria sofrendo retaliação por estar votando contra o governo e a segunda é que o veto é incoerente, por não considerar como argumento válido a alegação de que a Câmara pode legislar sobre a proteção de bens materiais. O veto foi derrubado em votação no plenário e em 13 de setembro de 2018 o Projeto de Lei foi sancionado como Lei nº 6405/2018.

Os posicionamentos da prefeitura são questionados imediatamente, em particular, quando sua abordagem diz respeito ao carnaval, ao samba, e às religiões de matriz africana. Todos são registrados como patrimônios culturais da cidade. São reconhecidos como importantes para a economia local. A umbanda e o candomblé foram elevados à categoria de patrimônio imaterial da cidade e do estado do Rio de Janeiro, em 2016 e 2009, respectivamente. O carnaval está na lista de bens imateriais, sendo representado em quatro registros: Banda de Ipanema (Registro das Atividades e Celebrações, 2007); Bloco Cordão da Bola Preta e (Registro das Atividades e Celebrações, 2007); música “Quem não chora não mama” (Livro das Formas de Expressão, 2007); e Escolas de Samba (Livro das Formas de Expressão e Registro das Atividades e Celebrações, 2008).

Em artigo recente, discutiu-se o lugar do patrimônio religioso protestante no Rio de Janeiro (GOMES, LEITE, 2016), tendo por base o entrelaçamento entre as noções de cultura e identidade. A pergunta mesclava a relação entre espaços de recordação (ASSMANN, 2011), transmissão de memória religiosa e “cultura brasileira”, que é problematizada a partir das transformações do campo religioso contemporâneo. No processo de conformação da chamada identidade/cultura nacional, no que se refere à preservação do patrimônio, o catolicismo é tomado como referencial⁸. Em processo distinto, as religiões de matriz africana ou afro-

⁸ É notória a predominância dos bens católicos tombados pelas agências de preservação, particularmente pelo IPHAN. A hegemonia católica no patrimônio de “pedra e cal” permanece, embora se notem mudanças políticas significativas, com o alargamento do conceito “patrimônio”

brasileiras percorrem um caminho que as identificam, não sem tensões, à ideia de cultura. Mafra (2011) utiliza esta associação para problematizar o debate no campo do protestantismo. Aponta que a “arma da cultura”, como estratégia de reconhecimento e legitimação, foi raramente utilizada por protestantes, ainda assim gerando controvérsias. Neste sentido, não seria plausível, segundo a autora, conceber a existência de uma “cultura protestante” no país, nos moldes do que seriam “cultura católica” e “cultura afro-brasileira”.

Esse tema é relevante para a presente discussão já que emerge constantemente quando se trata do perfil religioso de Crivella e de sua atuação no campo das políticas culturais. Como está associado neopentecostalismo, tal vínculo remonta às controvérsias sobre a ocupação de “espaços de cultura” (teatros e cinemas, por exemplo) por igrejas deste campo, em especial a IURD (GOMES, 2011). Na perspectiva mais ampla, a igreja não integra “a cultura”, é externa a ela, além de desconfigurar ou mesmo impedir o acesso à cultura, presente nesses locais. Tal oposição repercute no momento em que um representante deste campo assume o principal cargo executivo da cidade do Rio de Janeiro. A tensa relação desses campos, faz com que as controvérsias se atualizem: de um lado, cultura popular brasileira e, do outro, seus perseguidores. Mariz (1999) assinalava, já nos anos 1990, esse antagonismo como tática inicial de disputa pelo espaço público, devido à centralidade da teologia da batalha espiritual pelas igrejas neopentecostais⁹.

A intenção aqui não é retomar a extensa discussão sobre “cultura” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009; WAGNER, 2010), mas discutir em que termos esta noção é acionada nas controvérsias protagonizadas pelo mandato do prefeito da cidade do Rio de Janeiro. No processo de diálogo estabelecido por

e a emergência das legislações concernentes ao patrimônio imaterial, que permitem ampliar o escopo dos bens patrimonializáveis. (GOMES, LEITE, 2016)

⁹A exigência na mudança no comportamento e o compromisso institucional são características do exclusivismo religioso. Com isso, foi produzido o discurso de demonização do outro, denominado de teologia da “guerra” ou “batalha espiritual”, visibilizado na relação conflituosa entre os evangélicos (pentecostais e neopentecostais) e as religiões afro-brasileiras (MARIZ, 1999).

Marcelo Crivella e seus interlocutores, a cultura está visceralmente relacionada à religião, conceito que também é intensamente disputado. A relação religião e cultura no país envolve mecanismos históricos e políticos que podem acionar ambos os termos como “arma” identitária para o reconhecimento público de segmentos religiosos. O acionamento da “arma da cultura” requer uma familiaridade com seu uso, de acordo com Mafra (2011), que sugere não ser uma característica incorporada pelo protestantismo, sendo um instrumento pouco usado por este campo. O catolicismo e as religiões afro-brasileiras deteriam tal *expertise*, não pelos mesmos motivos, mas porque incorporam o discurso do pertencimento à cultura nacional. Enquanto que o protestantismo não foi incorporado como integrante da cultura nacional, construída na interrelação patrimônio-nação (GOMES, LEITE, 2016).

Na mesma medida, Mafra (2011) sugere que poucas vezes a “arma da cultura” foi acionada por protestantes em processos de reconhecimento e legitimação, e quando entraram nessa seara, houve polêmica. A autora lança pistas sobre a plausibilidade de uma “cultura protestante” no país, nos moldes do que seriam “cultura católica” e “cultura afro-brasileira”. O exemplo mencionado pela autora, a proposta de mudança da Lei Rouanet, em 2005, pelo então senador Marcelo Crivella¹⁰, gerou controvérsias públicas justamente por propor a inclusão de templos como beneficiários. Alude-se que se tratava de uma ampliação e não de uma particularização do escopo da Lei, mas que foi divulgada e recebida como uma utilização descabida e tentativa de desviar recursos. Houve imediatamente a ligação da proposta com a imagem mercantil relacionada à Igreja Universal do Reino de Deus, percepção externa que marca sua história. Cultura, religião, memória e autenticidade são termos em constante tensão e disputa no processo de institucionalização desta igreja, em especial, configurada

¹⁰ O projeto alterava a Lei nº 8313, concernente ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), conhecido como Lei Rouanet. A proposta indicava duas modificações, ressaltadas por Mafra (2011, p. 609): “1. ampliar os sujeitos que poderiam ser objeto de apoio da lei, incorporando ‘as crenças, as tradições e a memória’; 2. incluir, entre os possíveis beneficiários do Fundo Nacional de Cultura (FNC), as ‘fundações culturais de qualquer natureza e os templos’”.

pelo olhar externo como não detentora de valores e características religiosos: não tem/é cultura, não é religião, não tem memória, não é autêntica (GOMES, 2011). Neste sentido, a atuação de Marcelo Crivella, como prefeito do Rio de Janeiro, está diretamente associada à sua pertença religiosa, mesmo que tenha tentado se desvincular dela, que é marcada por controvérsias públicas que marcam sua história até os dias atuais.

O carnaval e o prefeito

GOMES (2008) discute a presença da religião no espaço público, por meio da análise de eventos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, em especial o carnaval. Observa que é comum considerar os dois temas, religião e carnaval, a partir de campos semânticos distintos, seguindo a lógica binária: sagrado e profano, ordem e desordem, pureza e perigo. Algumas situações (nem sempre conflituosas, nem sempre pacíficas) desequilibram tal percepção, propiciando a ampliação do debate pela via do contato, das mediações, das estratégias, dos discursos e narrativas elaborados pelos mais diversos agentes sociais envolvidos. Segmentos de vertentes religiosas cristãs, consideradas aqui em particular, que originalmente consideravam o evento como mundano, impuro e profano, adotam como estratégia a atuação “no mundo”, incluindo ações evangelizadoras no período do carnaval. Se a realização de retiros espirituais é uma prática corrente, como proposta de afastamento do mundo e purificação, a evangelização na “festa profana” emerge como mandato da “fé em ação”. O artigo apresenta o exemplo do bloco “Cara de Leão”, do Projeto Vida Nova, que embora tenha desfilado e integrado a programação oficial da prefeitura, tendo um samba-enredo próprio, enfatizava que eram “Evangelistas sim, Foliões JAMAIS!”.

Temas religiosos sempre estiveram presentes, por outro lado, nos enredos de blocos e escolas de samba do Rio de Janeiro, por exemplo. Temáticas sobre religiosidade popular, ligadas ao catolicismo e às religiões afro-brasileiras, estão presentes nos desfiles desde sua origem. A reflexão aponta a presença explícita

do protestantismo no desfile do grupo especial aquele ano. O Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Grande Rio, em 2007, apresentou a ala “A festa é nossa” com a fantasia “Assembleia dos Protestantes”. Os protestantes passaram a figurar como tema, ainda que subjacente, do enredo de uma escola de samba, junto com o catolicismo e as religiões afro-brasileiras.

Cabe considerar que a postura refratária ao carnaval, como festa mundana, não é uma novidade na história do protestantismo, ou mesmo do cristianismo em geral que, conforme aponta a bibliografia sobre o tema, como Burity (2008), possui o monopólio do campo das religiões no Brasil. Essa rejeição à cultura brasileira, representada aqui pelo carnaval, foi apontada por CUNHA (2007). A IURD não inaugura as concepções de malignidade, de profano, de impureza, destinados a determinadas manifestações culturais, particularmente aquelas ligadas às religiões afro-brasileiras. O que a instituição promove desde sua fundação é a disputa aberta por hegemonia no espaço público (GIUMBELLI, 2007), elegendo seus outros preferenciais, tornando a batalha visível.

Segundo publicações do site da Igreja Universal (UNIVERSAL, 2017), o carnaval é apresentado como algo “maligno” que conduz as almas para o “inferno”. Dentro dessa perspectiva, os grupos demonizados pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e seus outros opositores fora do campo religioso põem em xeque o caráter laico do mandato de Crivella. É pertinente aprofundar os debates a respeito da relação desses atores, pois, como prefeito, Crivella lida com vários tipos de interesses de diversos grupos políticos, econômicos, sociais e culturais, muitas vezes conflitantes entre si. Além disso, parte das medidas adotadas em relação às chamadas culturas populares, também foram postas em prática por outros líderes do Executivo municipal, dando pistas de que a questão não se limita à temática da intolerância religiosa, apesar da centralidade que assume nesse contexto.

Exemplo marcante é a controvérsia sobre o financiamento do desfile das escolas de samba, comentada por Menezes e Reis (2017). Durante e depois das

eleições de 2016, o prefeito Marcelo Crivella reiterou que manteria o apoio às escolas de samba, fato que baseou o apoio de grupos ligados ao carnaval durante o processo eleitoral. No carnaval de 2017, não foi ao tradicional evento de entrega das chaves da cidade ao Rei Momo; não compareceu ao Sambódromo, se tornando o primeiro prefeito da cidade a não estar na Marquês de Sapucaí durante os desfiles, desde sua inauguração. Visitou hospitais, incluindo as vítimas dos acidentes na Sapucaí, acompanhou/fiscalizou obras, fez reuniões com o secretariado, acompanhou o trabalho da GM e da COMLURB. Afirmou que se fosse à Sapucaí estaria sendo demagogo e ao invés de ter aproveitado seu tempo para descansar, estava trabalhando.

A atuação de Crivella no Carnaval de 2018 gerou uma série de ações e reações dos diferentes atores sociais aqui abordados. Inicialmente, declarou que a cerimônia de entrega da chave da cidade ao Rei Momo seria fechada e que não entregaria a chave por não entender que se tratava de um ato relevante para a melhoria de questões fundamentais, como saúde e educação. No entanto, reafirmou não ter nada contra a data festiva. Diante das críticas, voltou atrás e participou da cerimônia em evento aberto à cobertura jornalística (JORNAL O DIA, 2018). Parece significativo para a análise desse ritual, que a chave passou das mãos da família do carnavalesco Candonga – responsável por guardá-la – para as mãos do Rei Momo, sem que o prefeito tocasse nela.

Em relação ao seu comparecimento aos desfiles, a princípio, disse que não sabia se iria ao Sambódromo (O GLOBO RIO, 2018), depois afirmou que estaria lá somente para verificar a infraestrutura disponibilizada pela prefeitura para o evento. Porém, depois de ouvir vaias e ofensas no único dia de ensaio técnico, foi aconselhado por políticos próximos e lideranças do chamado campo evangélico a não comparecer ao Sambódromo (O DIA, 2018). No domingo de carnaval, o prefeito Crivella viajou para a Europa com a justificativa de que aproveitaria a “folguinha” durante o carnaval para conhecer tecnologias com o intuito de investir na segurança pública da cidade (O GLOBO RIO, 2018). Há dois

elementos importantes nesse posicionamento do prefeito Marcelo Crivella, em relação à controvérsia em torno de sua presença no desfile das escolas de samba: 1) a presença do valor do trabalho, empreender ações para “cuidar das pessoas” (slogan de sua campanha para prefeito), principalmente, quando poderia estar descansando, remetendo à ideia de sacrifício, que é uma das categorias presentes no “circuito da conquista”, estrutura central do “ser universal” (GOMES, 2011), como processo fundamental para o fiel da Igreja Universal alcançar a prosperidade; 2) em segundo lugar, o fato de não considerar o carnaval como forma de produção, de trabalho, desconsiderando pessoas que dele vivem, bem como quem se diverte e ou valoriza a festa como patrimônio cultural da cidade, deixando seu desejo pessoal determinar sua função pública.

O presidente da Riotur (órgão municipal responsável pela administração do sambódromo) Marcelo Alves defende a ampliação de empresas privadas na organização do desfile das escolas de samba, por favorecer o aumento de arrecadação da prefeitura. Esse tipo de defesa exemplifica o processo de afastamento do evento das classes populares, devido ao aspecto comercial crescente, indo em direção contrária ao seu momento inicial, quando se originaram nas comunidades. Aliás, o próprio argumento de que irá destinar a verba das escolas de samba para as creches públicas é uma consequência da elitização dos desfiles. O debate a respeito do corte de verba em questão também tem ligação com a política de austeridade econômica em vigor no país, na medida em que o prefeito da cidade de São Paulo, João Dória (PSDB), anunciou dias depois do prefeito do Rio, que faria a mesma coisa com o desfile das escolas de samba paulista, indicando que este debate não se limita à perspectiva religiosa. No entanto, vale referir a presença de uma “moralidade”, que pode se associar a valores conservadores.

O Estado é um campo disputado pelas diferentes forças localizadas tanto dentro quanto fora de sua circunscrição. É na disputa entre as forças internas e externas ao Estado, que está localizada sua sobrevivência, constituindo aquilo

que Foucault (1979) denominou de governamentalidade. O poder exercido por Crivella à frente da prefeitura é configurado para criar mecanismos de controle em meio a uma sociedade com inúmeras complexidades e com mecanismos de segurança que garantam sua sustentação. Vale dizer que essa dinâmica de múltiplas negociações não é inaugurada por ele. A complexidade da sociedade reside na necessidade de criar uma relação de convencimento entre o postulante ao cargo, as várias instituições envolvidas, e a população, tornando a vontade desta última o cerne da manutenção do poder do governante.

Cabe ressaltar que no dia 9 de outubro de 2017, o prefeito assinou o decreto que dobrava o valor repassado às creches conveniadas a prefeitura (O GLOBO RIO, 2019). Como fundamentação da legitimidade de sua ação, no momento da assinatura do decreto, declarou que apesar da controvérsia inicial, a opinião pública e a LIESA compreenderam que a política de cortar a verba das escolas de samba para investir nas creches foi correta; além disso, exaltou que com o aumento da verba para as creches, a cidade do Rio de Janeiro equipara os investimentos de Belo Horizonte e São Paulo.

As mudanças relativas ao carnaval não estão restritas aos desfiles das escolas, elas atingiram também os blocos e geraram mais controvérsias. Inclusive, algumas escolas de samba e alguns blocos de rua fizeram críticas abertas às políticas adotadas por Crivella e Temer. A maior parte dos blocos com sambas próprios, como o Simpatia É Quase Amor, Carmelitas, Barbas, Escravos da Mauá, Suvaco do Cristo, Bloco Virtual e Imprensa Que eu Gamo compuseram sambas com letras críticas ao prefeito (O GLOBO RIO, 2018). Os motivos alegados para a “homenagem” são: o corte da subvenção da prefeitura para as escolas de samba e os blocos; publicação de um decreto que condicionou a realização de eventos em espaços públicos da cidade à aprovação direta do gabinete do prefeito, que foi suspenso em janeiro de 2018; a criação de um blocódromo, na Barra, com pagamento de cachê e área VIP, no estilo do carnaval de Salvador — ideia prorrogada para julho, devido, mais uma vez, às críticas. O presidente da Riotur,

Marcelo Alves, disse que a decisão de adiar a inauguração do blocódromo para julho aconteceu depois de representantes da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) e entidades do setor turístico considerarem satisfatória a ocupação da rede hoteleira. Em julho, não há grandes eventos que atraiam turistas para a cidade, por isso, a ideia é fazer um carnaval fora de época no Rio de Janeiro. Moradores da Praia do Pepê e Jardim Oceânico favoráveis à criação do blocódromo esperam que, com o adiamento de sua inauguração, a prefeitura mantenha a promessa de proibir desfiles no Jardim Oceânico, alegando que em 2017, houve “vandalismo” no bairro (O GLOBO RIO, 2018).

Mas, as controvérsias não pararam por aí. Na Zona Sul, os blocos não podem desfilarem nas ruas internas do Leblon, apenas na orla e na Lagoa. A presidenta da Sebastiana (Associação Independente dos Blocos de Carnaval de Rua da Zona Sul, Santa Teresa e Centro da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro) - da qual fazem parte 12 blocos, dentre eles, Simpatia É Quase Amor, Bloco do Barbas, Suvaco do Cristo, Carmelitas, Imprensa Que Eu Gamo — Rita Fernandes, considerou a mudança do carnaval de rua da Barra da Tijuca uma atitude arbitrária, por não terem ouvido as associações carnavalescas. Ademais, Fernandes afirmava temer que o carnaval do Rio se transformasse segundo o modelo baiano, ao criar uma espécie de circuito. Em relação ao Leblon, ela destacou que os blocos têm identidade com os bairros onde foram criados, e que desfilarem na rua faz parte da essência dessas instituições. Já o diretor de marketing da Liga Sambare, que foi consultado pela prefeitura, Marco Antônio Marinho, considera a mudança necessária, do ponto de vista estrutural, os foliões poderão acompanhar vários blocos no mesmo local. Além disso, haverá mais segurança, opções de alimentação e ausência de camelôs. Os blocos considerados pequenos não sairão do mesmo local. Alegando falta de recursos, o prefeito também cortou completamente a verba de eventos e espaços culturais tradicionais da cidade

como a Festa de São Roque (em Paquetá), a Parada LGBT¹¹ de Copacabana, o Barco de Iemanjá. A Parada LGBT e o Barco de Iemanjá ocorreram com subsídios provenientes de vaquinha virtual e financiamento privado.

O grande destaque no âmbito das reações aos cortes foi o desfile da Mangueira que, na tentativa de resgatar o papel que as escolas de samba exerceram no passado, de porta-vozes das demandas populares, preparou seu enredo “Com dinheiro ou sem dinheiro, eu brinco”. A base foi a crítica ao corte de verbas para as escolas por parte do prefeito, cuja disputa de samba-enredo contou com a participação de Índio da Costa (Secretário de Obras) e Daniel Pereira (Assessor de Imprensa). O prefeito minimizou o fato, alegando que a participação dos dois é a prova de que seu governo não tem nada contra o carnaval, e de que as críticas a ele fazem parte da política.

Logo após a escolha do samba, houve controvérsia envolvendo o vencedor. A maioria da coordenação musical da escola votou pela mudança de um trecho da letra do samba, para acrescentar o verso “Sou universal”. A mudança gerou críticas de setores opostos ao chamado campo evangélico, com justificativas que iam desde análises mais específicas em relação ao tom musical até pessoas que não conseguiam desassociar o slogan da Igreja Universal do Reino de Deus, indicando que representaria uma saudação à igreja ao invés de crítica. O presidente da escola após consultar seus diversos segmentos, achou melhor não incluir o verso “Sou universal”.

¹¹ Controvérsias sobre questões LGBTQI+ também ocorreram, no entanto, optou-se em não aprofundar esse tema no escopo deste artigo. No entanto, pode-se citar o cancelamento da peça “O Evangelho Segundo Jesus, rainha do Céu” a quatro dias de sua estreia, em julho de 2018, fato que gerou reações públicas, notícias na imprensa e documentos dos grupos atingidos. O prefeito alegou que a obra ofendia “os direitos de liberdade religiosa”, enquanto que a produção alegou haver sofrido perseguição devido ao fato de colocar uma travesti no papel de Jesus (CORPOS VISÍVEIS, 2018; O GLOBO, 2018). Cabe ressaltar que a peça foi proibida em outras cidades, onde os cargos executivos não são ocupados por políticos com trajetórias diretamente vinculadas à religião. A controvérsia em torno da proibição da peça evidenciou que o conservadorismo em torno de determinados temas morais não é algo exclusivo de figuras políticas com pertença religiosa, marcadamente evangélica (GOMES, NATIVIDADE, MENEZES, 2008).

O tenso debate teve continuidade. A partir do final de julho de 2017, a prefeitura se comprometeu começar repasses de R\$ 1 milhão às escolas de samba, divididos em cinco parcelas e, os outros R\$ 6,5 milhões seriam captados através de patrocínio privado, segundo o presidente da Riotur. Em outubro de 2017, a LIESA suspendeu os ensaios técnicos devido à falta de recursos necessários para pagar custos como segurança, limpeza de banheiros, carros de som e confecção de camisas para componentes das escolas de samba (EXTRA RIO, 2018). Apenas as campeãs, Portela e Mocidade, fizeram ensaio de luz e som, em um único domingo, que contou com a manifestação do público com gritos contrários ao prefeito – que “viralizaram” nas redes sociais enquanto cerca de duas mil baianas realizavam a cerimônia de lavagem da pista com água de cheiro, arruda, aroeira, flores e defumador.

Para as empresas que se interessaram em patrocinar o carnaval de 2018, haveria a contrapartida, dada pela Riotur, da concessão dos setores 3 e 13 do Sambódromo para fins de publicidade. A Liesa buscava, através da Lei Rouanet, a verba que garantiria os ensaios técnicos (G1 RIO, 2017). Porém, só em janeiro, já próximo ao carnaval, a prefeitura liberou a verba de R\$ 6 milhões para as escolas do grupo especial e R\$ 10,3 milhões as escolas do grupo de acesso, das mirins e da Federação dos Blocos (G1 RIO, 2018). Crivella isentou as agremiações de repassarem 8% do valor da venda de ingressos. A empresa UBER investiu R\$ 10 milhões via Lei Rouanet e a Ambev investiu R\$ 8,1 milhões no carnaval de rua (EXTRA RIO, 2018).

O debate sobre a forma como Marcelo Crivella lida com a questão do Carnaval perpassa o código de conduta e moral estabelecido pela Igreja Universal. Há também a questão de aumentar as fontes de arrecadação financeira do município e isso envolveria a revisão das fontes de financiamento, os contratos e os custos. Isso não muda em nada as formas de se fazer parceria, apenas pode levar a mudanças de parceiros, quais relações se quer manter e com quem se quer manter. No carnaval de 2017, a cogestão dos desfiles das

agregações foi feita pela Secretaria Municipal de Assistência Social e as Organizações Sociais – OSs e a verba arrecadada com a venda do camarote da prefeitura foi destinada para os trinta e nove abrigos municipais.

Marcelo Crivella concedeu, sem licitação, R\$ 800 mil para o espetáculo de Débora Colker e R\$ 200 mil para o Arraiá da Alcione no Terreirão do Samba; por outro lado, deu “calote” nos editais antigos da cultura, além de criar um novo edital de R\$ 8 mil com exigências de contrapartida. Pode-se perceber a manutenção de eventos para públicos elitizados, com a valorização de um tipo de “cultura” produzida por nomes consagrados. As reivindicações dos grupos subalternos e as disputas dos grupos políticos e econômicos atrelados à gestão do executivo, por exemplo, no caso das parcerias públicas privadas mantidas durante o governo Crivella, formam um tipo de cultura política que exerce poder nas disputas por representações de Estado. Cabe aprofundar o debate sobre o papel, o lugar e o que querem dizer os atores sociais implicados nessas dinâmicas, quando acionam os termos cultura e religião, assim como o que entendem por Estado e participação política.

Considerações sobre um mandato inacabado

Em uma sociedade marcada pela hegemonia católica, ainda que a diversificação e as mudanças no cenário quantitativo e qualitativo do campo religioso tenham sido expressivos, um mandato no executivo exercido por um integrante de uma igreja neopentecostal como a IURD, em uma cidade como o Rio de Janeiro, impõe algumas problematizações sobre as controvérsias que ele suscita. A carreira política de Marcelo Crivella é entendida como indissociável de sua pertença religiosa à Igreja Universal. Ao assumir a prefeitura do Rio de Janeiro, Crivella se torna integrante do Poder Executivo, tendo como funções: gestão, orçamento, implementação de políticas sociais e culturais. No primeiro ano de mandato, ele protagonizou controvérsias ligadas a suas ações concernentes à cultura, em grande parte, pautadas por sua ligação com a Igreja

Universal. Neste artigo foram considerados, em particular, duas situações: a obrigatoriedade de alvarás transitórios para as Rodas de Samba e para atividades religiosas, em locais públicos e privados, concedidos ou não pelo Gabinete do Prefeito, oficializados pelo Decreto 43.219/2017. Este foi suspenso pela Justiça após reações de seus opositores, e necessita de acompanhamento para saber qual e se nova medida será tomada; a redução de 50% da verba pública destinada aos desfiles das Escolas de Samba, com a justificativa de investimento em creches públicas. Nota-se um eixo norteador desses embates, além de diferentes agentes e demandas sociais: o religioso. A trajetória religiosa (e também familiar, por ser sobrinho de Edir Macedo) de Marcelo Crivella, como bispo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), marca necessariamente sua carreira política, agora vinculada ao Executivo.

As ações de Crivella têm sido guiadas pela lógica da austeridade econômica, somada à adoção de uma postura populista (MENEZES, REIS, 2017). A redução de verba para eventos ligados ao carnaval e à cultura estão inseridos nesta orientação, sob a alegação de que o antigo prefeito Eduardo Paes (PMDB) deixou um *déficit* nas contas. Uma de suas primeiras atitudes, pautadas por esta orientação, foi cortar secretarias e cargos comissionados, além de renegociar contratos de prestação de serviços assumidos pela prefeitura. Está acontecendo uma redução drástica nas políticas públicas voltadas para os direitos humanos e minorias em consequência das medidas econômicas adotadas pelo prefeito, pautadas pela redução do investimento estatal nestas áreas. Desta maneira, Crivella está adotando a mesma política econômica do governo federal. Boa parte da sociedade acata o controverso argumento de que cortar secretarias representa o “enxugamento da máquina pública”, e que o dinheiro gasto com os “excessivos cargos públicos” deveria ser utilizado na saúde, educação, segurança pública etc. (G1 MUNDO, 2018). As reivindicações dos grupos subalternos e as disputas dos grupos políticos e econômicos ligados à gestão do executivo, por exemplo, no caso das parcerias públicas privadas mantidas durante o governo Crivella,

formam um tipo de cultura política que exerce poder nas disputas por representações de Estado.

Em outro momento, assinalou-se a existência de variadas interações entre Religião e Estado na contemporaneidade com a emergência da efetiva participação de diversas instituições religiosas e seus representantes nas instâncias decisórias do país, em particular do segmento cristão (GOMES, NATIVIDADE, MENEZES, 2008). Apontou-se que a análise dos discursos e das controvérsias possibilita identificar valores, representações e demandas das instituições, setores e sujeitos sociais envolvidos nas querelas, como as apresentadas neste artigo. A inserção na política desses agentes, em cargos legislativos e executivos, é relacionada ao que se entende ser um “direito” de defender a sua “verdade” e atuar na esfera pública, em oposição a ações e conquistas capazes de ameaçar os valores cultivados no “religioso”. Por outro lado, percebe-se que tal assertiva é vista como uma ameaça ao Estado Laico, e é acionada nos momentos de embate.

Como mencionado, o “bispo-prefeito”, na representação frequente que lhe fazem seus antagonistas, acirra o processo de esvaziamento cultural de eventos como rodas de samba e desfiles de Escolas de Samba. No entanto, não é puramente um movimento individualizado, manifestado exclusivamente por seu mandato. Pesquisas de opinião evidenciaram que há concordância de parte significativa da população em relação ao financiamento de eventos como o carnaval, em detrimento de políticas de saúde, por exemplo. A retórica utilizada pelo prefeito se associa a determinadas demandas pautadas na escassez de políticas efetivas, que entendem que o investir na “cultura popular” é desconsiderar urgências sociais. Assim, carnaval e rodas de samba não são considerados patrimônios culturais da cidade, mas sim um “supérfluo” em momento de crise. Nota-se que, ao mesmo tempo, Crivella propôs diversos cortes em secretarias e cargos comissionados, com o argumento de endividamento deixado pelo seu antecessor Eduardo Paes.

Marcelo Crivella tem sua trajetória de bispo da IURD acionada constantemente, como no episódio do censo religioso da guarda municipal, na criação do Blocódromo, na mudança da trajetória dos blocos sem consulta aos organizadores, na ausência de patrocínio da prefeitura para eventos tradicionais. Assumir o Poder Executivo de uma cidade como o Rio de Janeiro, é um dado novo para lideranças neopentecostais. A adoção de políticas restritivas ao financiamento de eventos considerados populares pela gestão de Crivella, para grande parte de seus críticos, é movida por sua pertença religiosa à IURD. Esta relação emerge, assim, como fator principal na avaliação externa de suas ações, sendo acionada constantemente, em particular, em relação às tradições afro-brasileiras e populares.

No tocante às acusações de grupos opostos a Crivella, o receio é que este privilegie os evangélicos, devido ao fato do prefeito ser oriundo deste campo. Nesse sentido, Crivella estaria um passo à frente nessa disputa, na visão dos praticantes e militantes das religiões afro-brasileiras, que devido ao fato de ter sido bispo da Igreja Universal, recorrem à narrativa da intolerância, mesmo quando suas ações não estão diretamente vinculadas à temática. As narrativas não abstraem os acontecimentos passados, mas se atualizam com os novos.

Verifica-se que o mandato de Crivella tem sido marcado por fortes reações de agentes sociais contrários à sua gestão, por esta acionar diretamente sua trajetória religiosa, ligada à uma instituição acusada de não produzir cultura, o que imprime uma dinâmica de negociações constantes, muitas vezes, promovendo recuos às propostas do Executivo municipal. O governo Crivella, o “bispo-prefeito”, é percebido como contrário à diversidade cultural, entendida como característica inerente à cidade do Rio de Janeiro; como aquele que precariza os serviços básicos fundamentais (saúde, educação); e “perde tempo” em fazer censo religioso na Guarda Municipal ou renomear ruas com nomes bíblicos. Por outro lado, setores empresariais e outros pactuam com tal postura, alegando que a ampliação da gestão de empresas privadas no carnaval da cidade

aumenta a arrecadação da prefeitura e promove empregos. Tais controvérsias seguem um fluxo conflituoso e diversificado em suas temáticas, atores e linhas de força. Trata-se apenas do primeiro período de mandato, mas que está inscrito em um momento crítico da relação entre Religião e Política no país, verificada nas eleições de 2018, com expressiva centralidade em valores morais (moralistas) e religiosos, em concordância com práticas excludentes e exclusivistas.

Referências

- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.
- ALTINO, Lucas. Bloco Tambores de Olokun é impedido pela prefeitura de ensaiar no Aterro do Flamengo. *O Globo*, 22 de outubro de 2017. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/bloco-tambores-de-olokun-impedido-pela-prefeitura-de-ensaiar-no-aterro-do-flamengo-21978820>. Acesso em: 7 fev. 2018.
- BARTONELLI, Elis. Crivella veta lei que declara Quilombo da Pedra do Sal Patrimônio Imaterial do Rio. *O Globo Rio*, 28 de junho de 2018. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/crivella-veta-lei-que-declara-quilombo-da-pedra-do-sal-patrimonio-imaterial-do-rio-22826935>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo/Brasília: Ed. Hucitec/Ed. Universidade de Brasília, 1987.
- BURITY, Joanildo. Religião, política e cultura. *Tempo Social*, v.20, n. 2, p. 83-113, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n2/05.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.
- BURKE, Peter. *A cultura popular na Idade Moderna. Europa 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CÁMARA CASCUDO, Luís da. Da cultura popular. In: *Teorías del Folklore en América Latina*. Caracas: Biblioteca INIDEF 1/CONAC, 1975. p. 95-111.
- CAPPELLI, Paulo. Crivella é aconselhado a não ir à Sapucaí. *O Dia*, 8 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/2018/02/colunas/informe-do-dia/5511734-quando-o-samba-acabou.html. Acesso em: 17 fev. 2018.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- CARTA CAPITAL. Religiões de matriz africana se unem contra decreto de Crivella no Rio. *Carta Capital*, 24 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/religioes-de-matriz-africana-se-unem-contra-decreto-de-crivella-no-rio>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Em torno do carnaval e da cultura popular. *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares*, v. 7. n. 2, p. 07-25, nov. 2010. Disponível em: <https://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/view/11997/9395. Acesso em: 26 set. 2019.

CORPOS VISÍVEIS. Nota de repúdio e convocatória de apoio. Facebook Corpos Visíveis, 5 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/corposvisiveis/posts/1016997605122535>. Acesso em: 18 jul. 2018.

CRIVELLA, Marcelo. Decreto Nº 43219 - Institui o Sistema "Rio Ainda Mais Fácil Eventos - RIAMFE", simplifica os procedimentos relativos à autorização e à realização de eventos e produções de conteúdo audiovisual em áreas públicas e particulares no Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Legisweb, 26 maio de 2017. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=344067>. Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. Decreto de 43423 - Dispõe sobre os procedimentos de autorização de Rodas de Samba e dá outras providências. Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro, 17 julho de 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2017/4342/43423/decreto-n-43423-2017-dispoe-sobre-os-procedimentos-de-autorizacao-de-rodas-de-samba-e-da-outras-providencias?r=p>. Acesso em: 16 ago. 2017.

_____. Decreto de Crivella para Autorização de Eventos não Promove a Intolerância Religiosa. Site Marcelo Crivella, Rio de Janeiro, 17 julho de 2017. Disponível em: <https://marcelocrivella.com.br/decreto-de-crivella-para-autorizacao-de-eventos-nao-promove-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

_____. Site Oficial do Prefeito Marcelo Crivella. Disponível em: <https://marcelocrivella.com.br>. Acesso em: 25 maio 2018.

_____. Espalhe a Verdade. Site oficial do Prefeito Marcelo Crivella. Disponível em <https://marcelocrivella.com.br/espalhe-a-verdade>. Acesso em: 29 maio 2018.

_____. A verdadeira fala do prefeito sobre bebida e carnaval. Site Oficial do Prefeito Marcelo Crivella. Disponível em <https://marcelocrivella.com.br/a-verdadeira-fala-do-prefeito-marcelo-crivella-sobre-bebida-e-carnaval>. Acesso em: 29 maio 2018.

CUNHA, Magali Nascimento. *A explosão gospel. Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

D'AGOSTINO, Rosanne. Datafolha para prefeito no Rio por sexo, idade, escolaridade, renda e religião. *G1*, 10 de agosto de 2016. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/datafolha-para-prefeito-no-rio-por-sexo-idade-escolaridade-renda-e-religiao8set.html>. Acesso em: 2 jun. 2018.

EXTRA. Justiça suspende decreto de Crivella que dava ao prefeito o poder de autorizar eventos. *Extra Rio*, 23 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/justica-suspende-decreto-de-crivella-que-dava-ao-prefeito-poder-de-autorizar-eventos-22319313.html>. Acesso em: 31 jan. 2018.

FARNEZI, Elis. Crivella admite que censurou evento que, em sua opinião, ofendia liberdade religiosa. *O Globo*, 6 de junho de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/crivella-admite-que-censurou-evento-que-em-sua-opinioao-ofendia-liberdade-religiosa-22750798>. Acesso em: 18 jul. 2018.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIUMBELLI, Emerson. A vontade do saber: terminologias e classificações sobre o protestantismo brasileiro. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 87-119, 2001. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9201342-A-vontade-do-saber-terminologias.html>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. Um Projeto de Cristianismo Hegemônico. In: SILVA, Vagner (org.). *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 149-169.

GOMES, Edlaine de Campos. *A era das catedrais da IURD: a autenticidade em exibição*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

_____. Onde está o pluralismo?: manifestações da religião na metrópole. *Revista Enfoques*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 50-72, 2008. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/view/73/65>. Acesso em 26 set. 2019.

GOMES, Edlaine; LEITE, Monique. Diversos estilos, arquiteturas e paisagens múltiplas. In: GOMES, Edlaine; OLIVEIRA, Paola (org.). *Olhares sobre o patrimônio religioso*. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2016. p. 272-302.

GOMES, Edlaine C., MENEZES, Rachel A., NATIVIDADE, Marcelo T. Proposições de Leis e valores religiosos: controvérsias no espaço público. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias et al (org.). *Valores religiosos e legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

G1 RIO. Crivella viaja à Europa durante carnaval do Rio e confirma ausência de desfiles. *G1 Rio*, 11 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/crivella-viaja-a-europa-durante-carnaval-do-rio-e-confirma-ausencia-de-desfiles.ghtml>. Acesso em: 17 fev. 2018.

G1 RIO. Crivella anuncia liberação de R\$ 10,3 milhões para escolas de samba dos grupos de acesso, mirins e federação dos blocos. *G1 Rio*, 4 de janeiro de 2018. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/crivella-anuncia-liberacao-de-r-103-milhoes-para-escolas-de-samba-dos-grupos-de-acesso-mirins-e-federacao-dos-blocos.ghtml>. Acesso em: 7 fev. 2018.

GUROVITZ, Helio. Como enxugar a máquina pública. *G1 Mundo*, 31 de maio de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/blog/helio-gurovitz/post/da-para-enxugar-maquina-publica.html>. Acesso em 22 de junho de 2018.

MACHADO, Maria das D.C. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MAFRA, Clara. A “arma da cultura” e os “universalismos parciais”. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 607-624, 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132011000300005. Acesso em: 26 set. 2019.

MARIANO, Ricardo; OLIVEIRA, Rômulo. O senador e o bispo: Marcelo Crivella e seu dilema shakespeariano. *Interações: Cultura e Comunidade (Faculdade Católica de Uberlândia)*, Uberlândia, v. 4, p. 85-111, 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/6674>. Acesso em: 26 set. 2019.

MARIZ, Cecília. A teologia da batalha espiritual: uma revisão da bibliografia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, Rio de Janeiro, n. 47, p. 33-48, 1999. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-47>. Acesso em: 26 set. 2019.

MARQUES, Rafaela. *Um embate entre Marcelos? Uma análise das interfaces entre mídia, religião e política nas eleições de 2016 no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades), UFF/PPCULT, Niterói, 2018.

MENDONÇA, Alba Valéria. Escolas de Samba continuam em busca de soluções para viabilizar o carnaval de 2018. *G1 Rio*, 17 julho de 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/escolas-de-samba-continuam-em-busca-de-solucoes-para-viabilizar-o-carnaval-de-2018.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2017.

MENEZES, Renata; REIS, Livia. Gestão Crivella e a experiência-modelo do projeto da IURD. *Instituto Humanitas Unisinos*, 19 julho de 2017. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/569754-gestao-crivella-e-a-experiencia-modelo-do-projeto-da-iurd-entrevista-especial-com-renata-menezes-e-livia-reis>. Acesso em: 17 ago. 2017.

MONTERO, Paula. Introdução. In: MONTERO, Paula (org.). *Religiões e controvérsias públicas: experiências, práticas sociais e discursos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2015. p. 11-25.

NASCIMENTO, Rafael. Rei Momo recebe a chave da cidade. *O Dia*, 9 de fevereiro de 2018. Disponível em https://odia.ig.com.br/_conteudo/2018/02/diversao/carnaval/5512622-rei-momo-recebe-a-chave-da-cidade.html#foto=1. Acesso em: 23 set. 2019.

OLIVEN, Ruben. Cultura Brasileira e identidade nacional (o eterno retorno). In: *O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002*. Brasília: Editora Sumaré, 2002. p. 15-43.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. Imagens do Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 28, n. 3, São Paulo, 2013, p. 609-633. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v28n3/a08v28n3.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. *Cultura popular: românticos e folcloristas*. São Paulo: PUC, 1985.

PAULA, Daniela de. Prefeitura vai criar áreas específicas para o carnaval de rua do Rio. *O Globo Rio*, 23 de agosto de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-vai-criar-areas-especificas-para-carnaval-de-rua-do-rio-21736947>. Acesso em: 23 jan. 2018.

PRATA PRETA. Nós do Cordão do Prata Preta, oriundos do bairro da Saúde viemos a público denunciar a atual situação da região portuária. Facebook Prata Preta, 28 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/prata.preta.9/posts/1821740384574132>. Acesso em: 31 jul. 2018.

REDE CARIOCA DE RODAS DE SAMBA. Facebook da Rede Carioca de Rodas de Samba, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2017. Disponível em <https://www.facebook.com/rs.vempraroda/posts/1999150666966778>. Acesso em: 7 fev. 2018.

RICARDO, Igor; NUNES, Marcos. Liesa cancela ensaios técnicos para o carnaval de 2018. *Extra*, 4 de outubro de 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/liesa-cancela-ensaios-tecnicos-para-carnaval-de-2018-21903987.html>. Acesso em: 1 fev. 2018.

RODRIGUES, Matheus. Crivella diz que não sabe se vai ao Sambódromo no carnaval. *G1 Rio*, 6 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/crivella-diz-que-nao-sabe-se-vai-ao-sambodromo-no-carnaval-sao-tantas-obrigacoes.ghtml>. Acesso em: 4 fev. 2018.

RODRIGUES, Renan. Prefeitura dobra repasse para crianças em creches conveniadas ao município. *O Globo Rio*, 9 de outubro de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-dobra-repasse-para-criancas-em-creches-conveniadas-ao-municipio-21925916>. Acessado em: 23 set. 2019.

_____. Envolvido em polêmicas em torno da folia, Crivella é alvo de críticas nos sambas dos blocos de carnaval. *O Globo Rio*, 31 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/envolvido-em-polemicas-em-torno-da-fofia-crivella-alvo-de-criticas-nos-sambas-dos-blocos-de-carnaval-22347754>. Acesso em: 31 jan. 2018.

ROMÃO, Marcos. Povo de Santo entra com mandado de segurança coletivo, contra decreto de Crivella. *Mamaterra*, 11 julho de 2017. Disponível em <https://mamapress.wordpress.com/2017/07/11/povo-de-santo-entra-com-mandato-de-seguranca-coletivo-contradecreto-de-crivella/>. Acesso em: 19 ago. 2017.

TORRES, Débora. Peça “O evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu” censurada em Garanhuns. *Esquerda Diário*, 1º de julho de 2018. Disponível em <http://www.esquerdadiario.com.br/Peca-O-evangelho-segundo-Jesus-Rainha-do-ceu-censurada-em-Garanhuns>. Acesso em: 26 jul. 2018.

TSE. Resultado das eleições de 2002, Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002>. Acesso em 29 de maio de 2018.

UNIVERSAL. Site da Igreja Universal do Reino de Deus. Disponível em: <https://www.universal.org/>. Acesso em: 23 set. 2019.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo V. L.; LUI, Janayna. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WERNECK, Antônio; MAGALHÃES, Luis Ernesto. Após polêmica, Riotur desiste de realizar desfiles na Arena dos Blocos durante o carnaval. *O Globo Rio*, 23 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/apos-polemica-riotur-desiste-de-realizar-desfiles-na-arena-dos-blocos-durante-carnaval-22319167>. Acesso em: 4 fev. 2018.

ZUAZO, Pedro. Uber apresenta proposta de R\$ 10 milhões para patrocinar o carnaval do Rio. *Extra*, 27 de outubro de 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/uber-apresenta-proposta-de-10-milhoes-para-patrocinar-carnaval-do-rio-22004268.html>. Acesso em: 7 jan. 2018.

Recebido em 15-10-2018.
Aprovado em 02-10-2019.